



CÂMARA MUNICIPAL DE SEABRA

PROVA OBJETIVA – CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE QUESTÕES

AGENTE DE CONTROLE INTERNO

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no concurso público.

2. O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO:

Um passo de cada vez.

3. O candidato deverá conferir a quantidade de questões presente neste caderno.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar UMA letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do concurso público no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Robô humanoide do Exército custa R\$ 194 mil

Modelo usado pelo Instituto Militar de Engenharia foi colocado em uma viatura e realizou saudação durante o desfile em Brasília

Um robô humanoide fardado do Exército Brasileiro chamou atenção durante o desfile cívico-militar do 7 de Setembro, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. As plataformas de *marketplace* vendem o equipamento, que a chinesa Unitree Robotics fabrica, por cerca de R\$ 194 mil.

O Exército confirmou que o modelo usado na cerimônia é o Unitree G1, na versão EDU. O Instituto Militar de Engenharia (IME) adquiriu o equipamento com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Durante o desfile, o robô permaneceu sobre uma viatura Maruá e realizou movimentos de saudação protocolar diante da tribuna principal. O equipamento acenou para o público e bateu continência aos chefes dos Três Poderes presentes no palanque.

Entre as autoridades estavam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). A primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, sorriu, aplaudiu e retribuiu a saudação feita pelo robô.

Equipamento é usado em pesquisas do Exército

No IME, o robô integra atividades de ensino, pesquisa e extensão. Segundo o Exército, os dados coletados pelos sensores e a capacidade de processamento do equipamento servem ao desenvolvimento de algoritmos de controle e atuadores.

As pesquisas abrangem áreas como robótica, inteligência artificial, percepção ambiental, navegação e autonomia de sistemas. A chinesa Unitree Robotics projetou o equipamento também para operações em ambientes de risco. Entre suas funções estão a inspeção, identificação, manipulação e neutralização de artefatos explosivos a distância.

O Centro de Comunicação Social do Exército informou que não existe previsão de emprego operacional direto do robô humanoide pela força. Os algoritmos desenvolvidos na plataforma, contudo, podem ter aplicação em tecnologias militares utilizadas em conflitos modernos. Entre os possíveis usos citados pelo Exército estão sistemas embarcados em drones, armamentos remotos, veículos autônomos e robôs destinados à detecção e à desativação de bombas.

Fonte: BATALHA, Victória. Revista Oeste, Tecnologia. *Robô humanoide do Exército custa R\$ 194 mil*. <https://revista Oeste.com/tecnologia/robo-humanoide-do-exercito-custa-r-194-mil/> (adaptado).

01. Compreende-se do texto I, como afirmação correta, o que se encontra em:

- a) A empresa chinesa Unitree Robotics exportou para o Exército brasileiro um protótipo experimental de humanoide com fins exclusivamente militares.
- b) A fabricação do robô humanoide é de completa autoria do Instituto Militar de Engenharia (IME), o qual desenvolveu o protótipo com fins militares.
- c) O Exército brasileiro, em parceria com uma empresa chinesa, desenvolveu um robô humanoide com fins de ações militares em “conflitos modernos”.
- d) Durante o Desfile do Sete de Setembro, o robô humanoide foi apresentado reservadamente para as autoridades as quais se encontravam nas tribunas de honra.
- e) Como o robô humanoide foi projetado exclusivamente para fins de operações em ambientes de risco, espera-se que seu emprego operacional pela força ocorra em breve.

02. Sobre a estrutura de criação do texto I em destaque, avalie cada afirmação a seguir antes de analisar o que se pede.

- I. O texto possui fundamentalmente natureza tipológica descritiva com o intuito informativo para o público-leitor.
- II. O texto em destaque prescinde de informações objetivas e de linguagem formal para a transmissão do seu conteúdo.
- III. Enquanto gênero textual, a matéria jornalística cumpre o papel de informar o público-leitor a respeito de uma pauta de importância social.
- IV. O texto é de caráter expositivo-informativo e se vale do uso formal do idioma, apresentando postura objetiva e imparcial sobre os fatos.

Pode-se dizer que se encontra correto o que foi dito apenas em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II e IV.

03. “O Centro de Comunicação Social do Exército informou que não existe previsão de emprego operacional direto do robô humanoide pela força.”

A partir do fragmento exposto acima, assinale a alternativa cuja reescrita manteve o valor semântico presente, bem como o respeito à norma-padrão da Língua Portuguesa.

- a) O Centro de Comunicação Social do Exército foi informado que não existe possibilidade de emprego operacional direto do robô humanoide pela força.
- b) A não existência de previsão de uso operacional direto do robô humanoide pela força foi informada pelo Centro de Comunicação Social do Exército.



- c) Foi informado pelo Centro de Comunicação Social do Exército de que não tem estimativa de emprego operacional direta do robô humanoide pela força.
- d) O Centro de Comunicação Social do Exército informou de que não tem estimativa de uso operacional direta do robô humanoide pela força.
- e) Foi informado pelo Centro de Comunicação Social do Exército de que não há estimativa de utilização operacional direta do robô humanoide pela força.

04. Marque a alternativa cuja indicação do processo de formação de palavras esteja incorreta para a expressão em destaque.

- a) “Um robô humanoide fardado do Exército Brasileiro chamou atenção durante o desfile cívico-militar do 7 de Setembro...” (1º par.) – Composição por Justaposição.
- b) “O Instituto Militar de Engenharia (IME) adquiriu o equipamento...” (2º par.) – Sigla.
- c) “...o robô permaneceu sobre uma viatura Marruá e realizou movimentos de saudação protocolar diante da tribuna principal.” (3º par.) – Derivação sufixal.
- d) “No IME, o robô integra atividades de ensino, pesquisa e extensão.” (5º par.) – Derivação regressiva.
- e) “Entre os possíveis usos citados pelo Exército estão sistemas embarcados em drones...” (7º par.) – Derivação prefixal e sufixal.

05. Assinale a alternativa que apresenta palavras retiradas do texto I acentuadas pela mesma regra, segundo o Novo Acordo Ortográfico.

- a) “robô” – “Marruá”.
- b) “cerimônia” – “Três”.
- c) “Exército” – “possíveis”.
- d) “robótica” – “também”.
- e) “público” – “robô”.

Análise o fragmento abaixo que servirá de base para a análise da questão 6.

“O Centro de Comunicação Social do Exército informou que não existe previsão de emprego operacional direto do robô humanoide pela força. Os algoritmos desenvolvidos na plataforma, contudo, podem ter aplicação em tecnologias militares utilizadas em conflitos modernos. Entre os possíveis usos citados pelo Exército estão sistemas embarcados em drones, armamentos remotos, veículos autônomos e robôs destinados à detecção e à desativação de bombas.”

06. De acordo com as regras de Morfologia, assinale a alternativa cujos vocábulos em destaque no contexto pertençam à mesma classe de palavra.

- a) “não” e “em”.
- b) “informou” e “usos”.
- c) “humanoide” e “plataforma”.

- d) “militares” e “autônomos”.
- e) “contudo” e “Entre”.

07. Analise as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

- () Em “O Instituto Militar de Engenharia (IME) adquiriu o equipamento” (2º par.) – o termo em destaque exerce função sintática de objeto indireto no contexto.
- () Em “O equipamento acenou para o público e bateu continência aos chefes dos Três Poderes presentes no palanque.” (3º par.), os verbos em destaque são sintaticamente transitivos indiretos.
- () Em “Segundo o Exército, os dados coletados pelos sensores e a capacidade de processamento do equipamento servem ao desenvolvimento de algoritmos de controle e atuadores.” (5º par.) – o termo preposicionado exerce função sintática de Complemento nominal.
- () Em “O Centro de Comunicação Social do Exército informou que não existe previsão de emprego operacional direto do robô humanoide pela força.” (7º par.) – a conjunção integrante em destaque inicia uma oração subordinada substantiva subjetiva no contexto.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) F – F – F – F.
- b) V – V – F – V.
- c) F – F – V – F.
- d) F – V – V – F.
- e) V – F – V – V.

08. Leia os períodos abaixo antes de responder ao que se pede.

- I. “Segundo o Exército, os dados coletados pelos sensores e a capacidade de processamento do equipamento servem ao desenvolvimento de algoritmos de controle e atuadores.” (5º par.)
- II. “Os algoritmos desenvolvidos na plataforma, contudo, podem ter aplicação em tecnologias militares utilizadas em conflitos modernos.” (7º par.)

Assinale a alternativa que apresenta, pela ordem, elementos coesivos de mesma natureza semântica das expressões em destaque dos períodos acima.

- a) “Conforme” e “todavia”.
- b) “De acordo com” e “conquanto”.
- c) “Para” e “portanto”.
- d) “Não obstante” e “logo”.
- e) “Destarte” e “entretanto”.

09. “Entre os possíveis usos citados pelo Exército estão sistemas embarcados em drones, armamentos remotos, veículos autônomos e robôs destinados à detecção e à desativação de bombas.”



No fragmento acima retirado do texto I, a expressão sublinhada fez uso da Crase obrigatória pela regra de Regência nominal. Para que ela continuasse a receber o mesmo sinal, porém, de modo facultativo, deveria possuir a seguinte elaboração:

- a) "... à qualquer detecção de bombas".
- b) "... à esta detecção de bombas".
- c) "... à alguma detecção de bombas".
- d) "... à sua detecção de bombas".
- e) "... à detectar bombas".

10. Assinale a alternativa cuja reescrita de um fragmento do texto tenha sido feita de maneira incorreta segundo a norma-padrão da Língua Portuguesa no que se refere ao emprego da pontuação.

- a) "Em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, um robô humanoide fardado do Exército Brasileiro chamou atenção durante o desfile cívico-militar do 7 de Setembro." (1º par.)
- b) "O equipamento acenou para o público, e bateu continência aos chefes dos Três Poderes presentes no palanque." (3º par.)
- c) "O robô integra atividades de ensino, pesquisa e extensão no IME." (5º par.)
- d) "Entre suas funções, estão a inspeção, identificação, manipulação e neutralização de artefatos explosivos a distância." (6º par.)
- e) "Entre os possíveis usos citados pelo Exército, estão sistemas embarcados em drones, armamentos remotos, veículos autônomos e robôs destinados à detecção e à desativação de bombas." (7º par.)

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11. O preço de um computador à vista na loja X é R\$ 5.100,00 e, na compra a prazo, é cobrada uma taxa de juros de 3% ao mês sobre o valor à vista. Na loja Y, o mesmo equipamento custa R\$ 4.960,00 à vista e, na compra a prazo, incide uma taxa de juros de 5% ao mês sobre o valor à vista. Considerando o sistema de juros simples aplicado nas duas lojas, quanto economizará uma pessoa que efetuar a compra parcelada, em 12 vezes, na loja X em relação à loja Y?

- a) R\$ 1260,00.
- b) R\$ 1005,00.
- c) R\$ 925,50.
- d) R\$ 1000,00.
- e) R\$ 850,00

12. A soma das idades atuais de Marcos e Patrícia é 92 anos. Sabendo que a idade de Marcos é igual ao triplo da idade de Patrícia, menos 12 anos, quais são, respectivamente, as idades de Marcos e Patrícia?

- a) 60 anos e 32 anos.
- b) 62 anos e 30 anos.
- c) 66 anos e 26 anos.
- d) 64 anos e 28 anos.
- e) 68 anos e 24 anos.

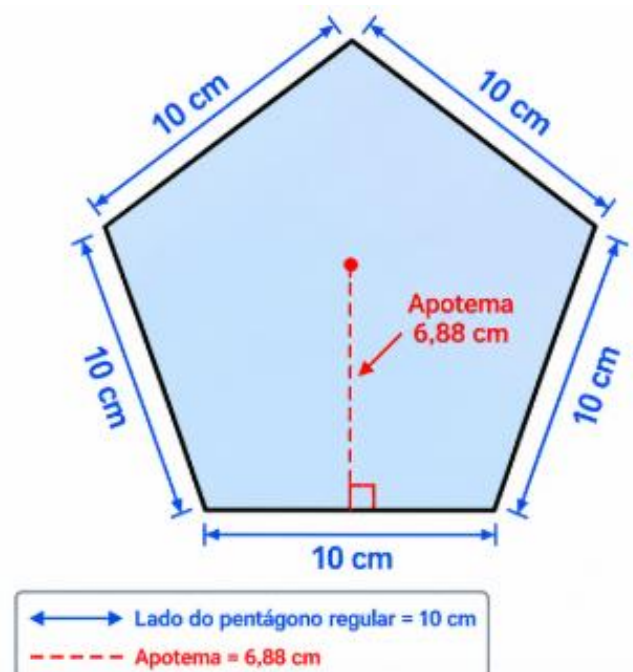
13. Considere a proposição composta: "Se Juliana estuda, então Antônio trabalha". Assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente à afirmação dada.

- a) Juliana estuda e Antônio trabalha.
- b) Juliana não estuda ou Antônio trabalha.
- c) Juliana não estuda e Antônio não trabalha.
- d) Juliana estuda, se e somente se, Antônio trabalha.
- e) Antônio não trabalha e Juliana não estuda.

14. Jorge possui formação em nível superior e pretende participar de dois concursos públicos realizados no mesmo dia. No período da manhã, serão realizadas as provas para cargos de nível médio, e, no período da tarde, as provas para cargos de nível superior. Para o período da manhã, Jorge pode escolher entre 13 opções de cargos de nível médio. Para o período da tarde, ele pode escolher entre 7 opções de cargos de nível superior. Considerando que Jorge escolherá apenas um cargo em cada período, o número de maneiras distintas de participar dos dois concursos é:

- a) 20
- b) 42
- c) 91
- d) 98
- e) 105

15. Considere o pentágono regular representado na figura a seguir. As medidas indicadas correspondem ao comprimento de cada lado e ao apótema do pentágono.





Qual é a área, em cm^2 , desse pentágono?

- a) 172 cm^2
- b) 100 cm^2
- c) $68,8 \text{ cm}^2$
- d) 50 cm^2
- e) 25 cm^2

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

16. Ao preparar um computador para uso em uma sala de apoio pedagógico, um servidor verifica os seguintes componentes e dispositivos: processador, memória RAM, SSD, teclado e impressora multifuncional. A partir das funções desempenhadas por esses elementos, examine as afirmativas.

- I. O processador executa instruções e realiza operações necessárias ao processamento de dados.
- II. A memória RAM é utilizada para manter temporariamente dados e instruções relacionados aos programas em execução.
- III. O SSD é um dispositivo de armazenamento não volátil, capaz de preservar dados após o desligamento do computador.
- IV. O teclado e a impressora multifuncional devem ser classificados exclusivamente como dispositivos de saída, pois ambos podem participar da produção de documentos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

17. No Microsoft Excel configurado para utilizar nomes de funções em português, as células A2 até A6 contêm nomes de estudantes, enquanto B2 até B6 registram suas respectivas pontuações. Pretende-se exibir em outra célula o maior valor existente entre as cinco pontuações, sem ordenar os registros ou realizar comparações manualmente. A fórmula que atende diretamente a esse objetivo é:

- a) =SOMA(B2:B6)
- b) =MÁXIMO(B2:B6)
- c) =MÉDIA(B2:B6)
- d) =CONT.NÚM(B2:B6)
- e) =MÍNIMO(B2:B6)

18. Um professor pretende localizar, por meio de um mecanismo de busca na internet, documentos sobre alfabetização digital publicados especificamente em determinado portal institucional. Para tornar a consulta mais precisa, deseja restringir os resultados ao domínio

desse portal, evitando páginas de outros sites. Entre os procedimentos apresentados, aquele que melhor atende ao objetivo descrito é:

- a) Repetir os termos principais da consulta, pois a repetição impede que sejam exibidos resultados pertencentes a outros domínios.
- b) Escrever todos os termos em letras maiúsculas, fazendo com que a pesquisa seja limitada às páginas institucionais.
- c) Inserir apenas o endereço do portal entre aspas, pois esse procedimento determina a pesquisa de todos os documentos nele armazenados.
- d) Utilizar, se admitido pelo mecanismo de busca, um operador de restrição por site ou domínio associado aos termos pesquisados.
- e) Acrescentar ao final da consulta a extensão do navegador utilizado, para que a pesquisa considere apenas páginas vinculadas ao endereço informado.

19. Após instalar um programa obtido de fonte não confiável, um usuário percebe comportamentos anormais no computador. A análise técnica constata que o programa, apresentado como uma aplicação legítima, continha código malicioso. Sua execução possibilitou, posteriormente, a instalação de um mecanismo destinado a permitir acesso não autorizado ao sistema por uma via que contorna os procedimentos normais de controle. Os dois elementos descritos - a forma pela qual o código malicioso foi apresentado ao usuário e o mecanismo de acesso instalado posteriormente - correspondem, respectivamente, a:

- a) Cavalo de Troia (trojan) e backdoor.
- b) Ransomware e spyware.
- c) Worm e zero-day exploit.
- d) Baiting e keylogger.
- e) Vírus e phishing.

20. Uma servidora prepara uma apresentação para uma reunião pedagógica. Após concluir parte do trabalho, verifica que determinado slide deverá aparecer também em outra posição da apresentação, conservando os textos, imagens e demais objetos nele existentes, sem eliminar sua ocorrência original. Para realizar a tarefa sem reconstruir manualmente o conteúdo do slide, a operação compatível com o objetivo pretendido é:

- a) Recortar o slide e inseri-lo na nova posição, pois o recorte mantém uma ocorrência no local de origem.
- b) Alterar o layout do slide, fazendo com que seu conteúdo seja automaticamente reproduzido em outra posição.
- c) Ocultar o slide original e definir sua exibição em dois momentos distintos, operação que produz uma segunda ocorrência no arquivo.
- d) Duplicar ou copiar o slide e posicionar a nova ocorrência no local desejado.



e) Excluir o slide e utilizar o comando “Desfazer” após selecionar a nova posição, obtendo duas ocorrências independentes.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. Na primeira metade do século XX, conflitos políticos ocorridos na região ficaram conhecidos como Guerra do Campestre. Além da dimensão política, esses acontecimentos produziram reflexos sobre a dinâmica da antiga Campestre. Entre os efeitos relacionados a esse período histórico, destaca-se:

- a) A incorporação de Campestre ao território de Lençóis, situação mantida até a década de 1930.
- b) O enfraquecimento do antigo núcleo de Campestre e o deslocamento de parte da atividade comercial para outro núcleo do município.
- c) A criação dos distritos de Iraquara e Souto Soares como consequência imediata dos conflitos entre grupos políticos locais.
- d) A interrupção da atividade comercial municipal até a implantação das primeiras rodovias estaduais na região.
- e) A concentração das atividades administrativas e comerciais em Várzea do Caldas, que passou a exercer as funções do antigo núcleo de Campestre.

22. A Barragem do Gavião, situada no distrito de Várzea do Caldas, integra a história da infraestrutura hídrica de Seabra. Inaugurada em 1985, a obra produziu efeitos sobre comunidades e atividades econômicas da região. Analise as afirmativas a seguir.

- I. A disponibilidade de água represada favoreceu atividades agrícolas em comunidades beneficiadas pela barragem.
- II. A obra está relacionada ao aproveitamento dos recursos hídricos e produziu efeitos sociais e econômicos na região.
- III. A construção da barragem teve como finalidade principal estabelecer uma hidrovía destinada ao transporte de mercadorias entre Seabra e outros municípios.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

23. A BR-242 constitui um dos principais eixos rodoviários relacionados ao território de Seabra. Além dos deslocamentos de longa distância, a rodovia interfere na circulação de pessoas e mercadorias e nas relações estabelecidas entre o município e outras localidades.

Considerando essa característica, assinale a alternativa correta.

- a) A rodovia contribui para a integração regional e para os fluxos de pessoas e mercadorias que envolvem Seabra e outras localidades.
- b) A principal função da rodovia no território de Seabra está relacionada à ligação entre comunidades rurais, enquanto os deslocamentos regionais ocorrem predominantemente por outras vias.
- c) A presença da rodovia favorece os deslocamentos intermunicipais, embora tenha participação reduzida na circulação de mercadorias relacionada às atividades econômicas locais.
- d) A BR-242 desempenha função relevante para o acesso à sede, mas sua contribuição para a integração regional é limitada pela existência de outros eixos de transporte na Chapada Diamantina.
- e) A importância da rodovia para Seabra está concentrada no transporte de passageiros, enquanto o escoamento de produtos ocorre principalmente por vias municipais e estaduais.

24. A atuação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Seabra compreende diferentes responsabilidades relacionadas à política educacional. Entre as atribuições compatíveis com a atuação desse órgão municipal encontra-se:

- a) Estabelecer as normas curriculares obrigatórias para as escolas pertencentes à rede estadual existentes no território de Seabra.
- b) Elaborar planos municipais de educação e desenvolver ações destinadas ao fortalecimento do ensino fundamental.
- c) Autorizar a criação e o funcionamento de cursos de graduação oferecidos pelas instituições públicas estaduais instaladas no município.
- d) Administrar conjuntamente com o Estado todas as unidades de ensino médio existentes na sede e nos distritos.
- e) Definir os critérios de ingresso e contratação de servidores das instituições federais de ensino que desenvolvam atividades no município.

25. O patrimônio arqueológico existente em Seabra fornece informações sobre períodos muito anteriores à formação administrativa do atual município. No bairro Nossa Senhora das Graças, achados identificados durante obras realizadas na região da Caixa D'Água revelaram vestígios de ocupações humanas antigas. A relevância histórica desses achados decorre principalmente:

- a) Da identificação de ferramentas utilizadas na abertura da antiga estrada que ligava Jacobina a Rio de Contas.
- b) Da descoberta de objetos relacionados aos primeiros moradores de Campestre após sua emancipação política.
- c) Da presença de materiais arqueológicos, especialmente vestígios líticos e cerâmicos, associados a ocupações indígenas pré-coloniais.



d) Da localização de objetos pertencentes aos grupos políticos envolvidos nos conflitos ocorridos em Campestre no início do século XX.

e) Da descoberta de estruturas pertencentes às primeiras instalações administrativas construídas depois da elevação de Campestre à condição de cidade.

26. Seabra é sede da 13ª Coordenadoria Regional de Polícia do Interior (13ª COORPIN). Considerando a organização da segurança pública e a natureza desse órgão, assinale a alternativa incorreta.

- a) A 13ª COORPIN integra a estrutura da Polícia Civil do Estado da Bahia.
- b) A existência da coordenadoria em Seabra relaciona-se à organização regional da Polícia Civil no interior baiano.
- c) A Polícia Civil desempenha funções relacionadas à polícia judiciária e à apuração de infrações penais.
- d) A presença da coordenadoria no município permite que uma estrutura sediada em Seabra possua atuação relacionada a uma área territorial mais ampla.
- e) Por funcionar em Seabra, a 13ª COORPIN integra a estrutura administrativa municipal e está subordinada à gestão da Prefeitura.

27. A denominação “Cidade das Rosas”, associada a Seabra, consolidou-se a partir de uma prática que passou a integrar a paisagem e a memória afetiva da população. A origem dessa identificação está relacionada:

- a) À produção de flores desenvolvida nas comunidades rurais, que tornou Seabra referência comercial no abastecimento de municípios da Chapada Diamantina.
- b) À utilização de roseiras na ornamentação das festividades municipais, prática que posteriormente passou a ocorrer durante todo o ano.
- c) À criação de um jardim público destinado inicialmente ao cultivo de espécies ornamentais, entre as quais as roseiras posteriormente se destacaram.
- d) Ao cultivo de canteiros de rosas por famílias e à posterior disseminação dessas plantas por jardins residenciais e espaços da cidade.
- e) À implantação de um projeto público de paisagismo que estabeleceu a rosa como símbolo oficial do município.

28. As ações municipais de assistência social abrangem diferentes situações e grupos da população. A respeito das atribuições desenvolvidas nessa área em Seabra, considere:

- I. Podem compreender ações destinadas a crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade.
- II. Incluem planejamento e execução de políticas e serviços de assistência social no âmbito municipal.

III. Restringem-se à concessão de benefícios financeiros, pois os serviços de acompanhamento das famílias são executados exclusivamente pelo Estado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas III está correta.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Apenas I e II estão corretas.

29. Considere as seguintes afirmações sobre estruturas e serviços relacionados a Seabra:

- I. A BR-242 contribui para a circulação rodoviária e para a integração regional.
- II. A 13ª COORPIN evidencia a presença, no município, de uma estrutura estadual de segurança pública com atuação regional.
- III. A existência de serviços de alcance regional em Seabra significa que todos eles integram a estrutura administrativa da Prefeitura.

A avaliação correta das afirmativas é:

- a) Apenas I é verdadeira.
- b) Apenas II é verdadeira.
- c) I e II são verdadeiras, e III é falsa.
- d) II e III são verdadeiras, e I é falsa.
- e) I, II e III são verdadeiras.

30. Seabra está inserida em uma região marcada pela presença de diferentes ambientes naturais. Na área relacionada à bacia dos rios Cochó e Santo Antônio, encontram-se formações vegetais e áreas transformadas pelas atividades humanas. Considerando as características ambientais dessa região, assinale a alternativa correta.

- a) A cobertura vegetal regional é formada exclusivamente por Caatinga, sem ocorrência de outras formações vegetais.
- b) A presença de atividades agrícolas impede a existência de remanescentes de vegetação nativa nas áreas relacionadas à bacia.
- c) A vegetação regional apresenta somente formações florestais densas, característica determinada pela elevada umidade durante todo o ano.
- d) As características ambientais da região são uniformes, razão pela qual não ocorrem diferenças relevantes entre áreas naturais e áreas utilizadas pela agropecuária.
- e) Na região podem ocorrer formações de Caatinga e remanescentes de Floresta Estacional, além de áreas modificadas para atividades agropecuárias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



31. Durante a análise das contas de determinada unidade administrativa, o órgão de controle interno identificou pagamentos realizados em desacordo com cláusulas contratuais e indícios de superfaturamento. O responsável pela unidade de controle sustentou que sua atuação deveria limitar-se à emissão de recomendação ao gestor, uma vez que a comunicação da irregularidade ao Tribunal de Contas seria atribuição exclusiva do chefe do Poder correspondente. Considerando o modelo constitucional de fiscalização da Administração Pública e as atribuições conferidas ao sistema de controle interno, assinale a alternativa correta.

- a) O controle interno possui natureza estritamente administrativa e subordinada, razão pela qual a comunicação ao Tribunal de Contas depende de autorização da autoridade máxima do respectivo Poder.
- b) A comunicação direta ao Tribunal de Contas somente é exigível quando a irregularidade envolver dano ao erário definitivamente quantificado, não alcançando situações caracterizadas apenas como ilegalidade.
- c) O responsável pelo controle interno deve comunicar a irregularidade ou ilegalidade ao Tribunal de Contas competente, sendo constitucionalmente prevista a responsabilidade solidária caso, tendo dela conhecimento, deixe de adotar essa providência.
- d) O sistema de controle interno deve comunicar os fatos exclusivamente ao Poder Legislativo, ao qual compete decidir, previamente, sobre a remessa das informações ao respectivo Tribunal de Contas.
- e) O dever de comunicação ao Tribunal de Contas somente surge após o encerramento do processo administrativo destinado a apurar definitivamente a responsabilidade individual dos agentes envolvidos.

32. Em auditoria destinada a avaliar a execução de determinado programa municipal, a equipe identificou diferença expressiva entre a quantidade de serviços registrada no sistema e aquela confirmada em verificações realizadas por amostragem. A conclusão preliminar baseou-se, contudo, exclusivamente em entrevista com um servidor da unidade auditada. O coordenador propôs registrar imediatamente a irregularidade como achado definitivo e recomendar a restituição dos valores correspondentes. À luz dos princípios e procedimentos aplicáveis à auditoria governamental, analise as afirmativas.

- I. A existência de discrepância entre a situação encontrada e o critério aplicável constitui elemento relevante para a formação de um achado, mas a conclusão deve estar apoiada em evidências suficientes e apropriadas.
- II. A suficiência da evidência está relacionada predominantemente à sua quantidade, enquanto sua apropriação se relaciona à qualidade, envolvendo atributos como relevância, validade e confiabilidade.

III. Uma evidência testemunhal proveniente de única fonte deve ser considerada, em qualquer circunstância, suficiente para fundamentar definitivamente o achado, desde que o entrevistado seja servidor efetivo.

IV. A matriz de achados pode estruturar elementos como situação encontrada, critério, evidências, causas e efeitos, contribuindo para a posterior elaboração do relatório de auditoria.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

33. Ao elaborar relatório sobre o acompanhamento da gestão fiscal municipal, um Agente de Controle Interno recebeu orientação para excluir da análise aspectos relacionados às metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e à inscrição em Restos a Pagar, sob o argumento de que essas matérias seriam fiscalizadas exclusivamente pelo Tribunal de Contas. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, a orientação recebida é

- a) Incorreta, pois o sistema de controle interno de cada Poder também participa da fiscalização do cumprimento da LRF, que deve conferir ênfase, entre outros aspectos, ao atingimento das metas estabelecidas na LDO e aos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
- b) Correta quanto às metas fiscais, mas incorreta quanto aos Restos a Pagar, pois somente estes integram expressamente o campo de fiscalização do controle interno.
- c) Correta, porque a fiscalização prevista na LRF é competência exclusiva do Poder Legislativo, exercida com auxílio dos Tribunais de Contas, cabendo ao controle interno apenas fornecer documentos quando solicitado.
- d) Incorreta, pois o controle interno substitui o Tribunal de Contas na fiscalização da gestão fiscal quando a irregularidade for identificada antes do encerramento do exercício financeiro.
- e) Correta, porque o acompanhamento do cumprimento das metas da LDO é realizado exclusivamente pelo Poder Executivo, enquanto a análise de Restos a Pagar compete privativamente ao Tribunal de Contas.

34. Em contrato administrativo para prestação continuada de serviços, o fiscal designado constatou sucessivos atrasos e execução parcial de determinadas obrigações. Embora tenha registrado as ocorrências, deixou de comunicar situação específica à autoridade superior porque considerou que deveria solucionar pessoalmente todas as intercorrências relacionadas à execução do ajuste. Com base na Lei nº 14.133/2021, indique a conclusão juridicamente adequada.



- a) O procedimento foi correto, pois a designação como fiscal transfere ao agente competência para decidir definitivamente todas as questões relativas à execução contratual.
- b) A atuação foi regular desde que as ocorrências tenham sido registradas, pois a legislação dispensa comunicação aos superiores quando existir documentação escrita da falha contratual.
- c) O fiscal somente poderia comunicar a autoridade superior depois de instaurado processo administrativo sancionador contra a contratada.
- d) O fiscal deveria encaminhar diretamente a questão ao Tribunal de Contas, uma vez que qualquer irregularidade contratual ultrapassa sua competência decisória.
- e) O fiscal deve registrar as ocorrências relacionadas à execução e determinar as medidas necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados, mas deve informar aos superiores, em tempo hábil, a situação que exigir decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

35. Em fiscalização posterior, o controle interno verificou que determinado servidor autorizou procedimento administrativo em desconformidade com norma interna. A apuração demonstrou que a decisão decorreu de interpretação equivocada da regra aplicável, sem prova de que o agente tivesse buscado resultado ilícito, enriquecimento próprio ou de terceiro. Também não foi comprovado dano efetivo ao patrimônio público. À luz da Lei nº 8.429/1992 e do entendimento firmado pelo STF no Tema 1.199 da repercussão geral, assinale a opção correta.

- a) A voluntariedade na prática do ato administrativo basta para caracterizar o dolo exigido pela Lei de Improbidade, ainda que o agente não tenha pretendido alcançar resultado ilícito.
- b) A ilegalidade administrativa, isoladamente considerada, não configura improbidade: exige-se a comprovação do dolo nos atos tipificados nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992, entendido legalmente como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado, não bastando a mera voluntariedade.
- c) A inexistência de dano ao erário impede, em qualquer hipótese, a configuração de improbidade administrativa, inclusive nos casos de enriquecimento ilícito ou violação dolosa aos princípios administrativos.
- d) Os atos que causam prejuízo ao erário continuam admitindo responsabilização por culpa grave, enquanto o dolo é exigido exclusivamente nas hipóteses de enriquecimento ilícito e ofensa aos princípios.
- e) O reconhecimento de irregularidade pelo controle interno produz presunção absoluta de improbidade, cabendo ao agente demonstrar a inexistência de dolo para afastar a responsabilização.

36. Ao examinar a execução orçamentária de uma secretaria municipal, o controle interno identificou que determinada despesa havia sido empenhada e liquidada,

embora o pagamento ainda não tivesse ocorrido. O gestor justificou a ausência de pagamento alegando que a liquidação, por si só, não constituía obrigação de desembolso imediato. Considerando a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) A liquidação representa o estágio em que se reserva a dotação orçamentária para determinada despesa, sendo dispensável a comprovação da efetiva prestação do serviço.
- b) A realização do empenho autoriza o pagamento imediato, independentemente de liquidação, desde que o contrato esteja regularmente formalizado.
- c) A liquidação encerra definitivamente a execução da despesa, tornando o pagamento operação meramente contábil, sem necessidade de ordem administrativa específica.
- d) A liquidação verifica o direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, enquanto o pagamento depende de regular ordem de pagamento e deve observar as condições legais aplicáveis.
- e) O pagamento constitui etapa anterior à liquidação sempre que a Administração possuir disponibilidade financeira suficiente.

37. Ao mapear o processo de concessão de determinado benefício municipal, a equipe de controle interno verificou que o mesmo servidor recebia os requerimentos, conferia a documentação, autorizava o benefício e registrava a operação no sistema. Não havia revisão posterior por outro agente, embora o processo fosse considerado de elevado risco financeiro. Diante do diagnóstico, qual medida apresenta a resposta de controle mais consistente com uma abordagem baseada em riscos?

- a) Concentrar formalmente todas as atribuições no servidor mais experiente, compensando a concentração com responsabilização pessoal por eventuais falhas.
- b) Transferir integralmente o procedimento ao controle interno, que passaria a executar as atividades operacionais consideradas de maior risco.
- c) Manter o fluxo existente e instituir auditoria anual, pois controles posteriores tornam desnecessária a segregação das atividades operacionais.
- d) Eliminar qualquer possibilidade de ocorrência de erro ou fraude antes de manter o processo em funcionamento, uma vez que controles internos devem assegurar risco residual igual a zero.
- e) Reavaliar o fluxo à luz dos riscos identificados, estabelecer segregação de funções ou controles compensatórios quando a separação não for viável e definir mecanismos de supervisão e monitoramento proporcionais à exposição existente.

38. Em atendimento a pedido formulado com fundamento na Lei de Acesso à Informação, determinado órgão municipal foi solicitado a fornecer documentos relacionados à execução de contrato administrativo, entre eles relatórios de fiscalização e registros de pagamentos.



Alguns desses documentos continham dados pessoais de servidores e de particulares. O setor responsável pelo atendimento concluiu que a simples presença de dados pessoais impediria a divulgação integral de qualquer documento que os contivesse. Considerando a compatibilização entre transparência administrativa e proteção de dados pessoais, assinale a alternativa correta.

- a) A presença de dado pessoal torna integralmente sigiloso o documento administrativo, independentemente da natureza das demais informações nele contidas.
- b) O órgão deverá analisar concretamente as informações solicitadas e, quando houver fundamento jurídico para restringir o acesso a determinada parcela, resguardá-la, assegurando, sempre que possível, acesso à parte não submetida à restrição.
- c) A publicidade inerente aos contratos administrativos constitui fundamento suficiente para a divulgação irrestrita de quaisquer dados pessoais constantes dos respectivos processos.
- d) O acesso somente poderá ser concedido se o requerente demonstrar interesse jurídico direto e indicar a finalidade específica para a qual pretende utilizar os dados.
- e) A existência de dados pessoais exige consulta prévia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados antes de qualquer fornecimento de documento administrativo a terceiros.

39. Uma auditoria realizada em programa municipal de distribuição de medicamentos constatou que todas as aquisições examinadas observaram os procedimentos legais e que os pagamentos estavam acompanhados da documentação exigida. Entretanto, verificou-se que parcela significativa dos medicamentos permanecia armazenada por períodos prolongados, enquanto determinadas unidades de saúde registravam desabastecimento recorrente. Diante desse cenário, a equipe decidiu ampliar a análise para verificar os resultados efetivamente alcançados pelo programa. No que diz respeito à natureza e aos objetivos da auditoria, assinale a alternativa incorreta.

- a) A auditoria operacional pode avaliar a economicidade na aplicação dos recursos públicos, considerando a relação entre os custos dos insumos e os padrões de qualidade exigidos.
- b) A análise da eficiência pode abranger a relação entre os recursos empregados e os produtos ou serviços entregues pela Administração Pública.
- c) A avaliação da eficácia pode verificar em que medida os objetivos e as metas estabelecidos para o programa foram alcançados.
- d) A auditoria operacional limita-se à verificação da regularidade dos procedimentos administrativos, sendo incompatível com a avaliação de resultados e impactos das políticas públicas.
- e) A avaliação da efetividade pode examinar os efeitos produzidos pela intervenção governamental, considerando sua

contribuição para modificar a realidade que motivou a implementação do programa.

40. O Poder Executivo de determinado município ultrapassou o limite prudencial de despesa total com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Em reunião administrativa, foram apresentadas propostas destinadas a reorganizar a estrutura funcional e assegurar a continuidade dos serviços públicos. Considerando as restrições do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, qual medida poderá ser adotada sem contrariar as vedações especificamente decorrentes da superação do limite prudencial, desde que observados os demais requisitos legais?

- a) Realizar a reposição de servidor aposentado da área da saúde, observadas as exigências legais pertinentes, uma vez que a LRF excepciona determinadas reposições das restrições impostas ao provimento de cargos públicos.
- b) Conceder reajuste remuneratório geral aos servidores municipais, independentemente de determinação legal ou contratual, desde que a despesa adicional esteja prevista na LOA.
- c) Criar novos cargos efetivos, sem provimento imediato, considerando que a vedação à criação de cargos somente ocorre quando ultrapassado o limite máximo.
- d) Autorizar horas extras para suprir necessidades administrativas ordinárias, desde que a autoridade competente apresente justificativa de conveniência do serviço.
- e) Alterar a estrutura de carreira dos servidores municipais, produzindo aumento de despesa com pessoal, desde que a proposta seja aprovada por maioria absoluta do Legislativo.

41. Durante o exame da proposta orçamentária, foi identificada emenda destinada a inserir na LOA regra permanente sobre procedimento administrativo aplicável aos servidores municipais. O autor da proposta argumentou que a matéria poderia constar da lei orçamentária porque teria repercussão indireta sobre despesas futuras. Considerando a disciplina constitucional dos instrumentos de planejamento e orçamento, assinale a conclusão correta.

- a) A inclusão é admissível sempre que a matéria produzir qualquer repercussão financeira, ainda que não esteja relacionada à previsão da receita ou à fixação da despesa.
- b) A LOA pode disciplinar matéria administrativa permanente desde que a alteração seja compatível com as metas estabelecidas no PPA.
- c) A inclusão é incompatível com o princípio da exclusividade, segundo o qual a LOA não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente admitidas.
- d) A matéria somente poderia ser inserida na LOA se tivesse sido previamente mencionada na LDO, hipótese em que deixaria de ser considerada matéria estranha ao orçamento.



e) O princípio da exclusividade alcança apenas normas tributárias, não impedindo que a LOA estabeleça regras permanentes de natureza administrativa.

42. Durante auditoria de conformidade, a equipe examinou pagamentos referentes à manutenção da frota municipal e registrou, de forma preliminar, os seguintes elementos:

- Regulamento municipal exige atesto do recebimento do serviço antes da liquidação;
- Em 17 processos examinados, a liquidação ocorreu sem o respectivo atesto;
- Entrevistas e documentos indicaram deficiência na definição das responsabilidades entre os setores requisitante e financeiro;
- A falha aumentou o risco de pagamento por serviços não comprovadamente executados.

Ao transpor essas informações para a matriz de achados, a classificação tecnicamente adequada dos quatro elementos apresentados, na ordem em que aparecem, é:

- a) Critério – condição – causa – efeito.
- b) Condição – critério – efeito – causa.
- c) Critério – causa – condição – efeito.
- d) Condição – efeito – critério – causa.
- e) Causa – condição – critério – efeito.

43. Após auditoria em procedimento licitatório municipal, discutiu-se internamente a distribuição das responsabilidades pelo controle das contratações públicas. Um servidor sustentou que a Lei nº 14.133/2021 concentrou no órgão central de controle interno toda a responsabilidade pelo sistema de controle das contratações. Considerando o modelo das linhas de defesa da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que não se harmoniza com a disciplina legal.

- a) A primeira linha de defesa é integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
- b) As unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade integram a segunda linha de defesa.
- c) O órgão central de controle interno da Administração e o Tribunal de Contas integram a terceira linha de defesa.
- d) As linhas de defesa afastam a responsabilidade individual do agente que pratica o ato, pois eventual irregularidade passa a ser imputável prioritariamente ao órgão responsável pela linha de defesa subsequente.
- e) Os integrantes das linhas de defesa devem ter acesso aos documentos e informações necessários aos trabalhos, inclusive documentos classificados, observados os deveres legais de tratamento da informação.

44. Uma associação privada recebeu recursos públicos municipais para executar projeto de interesse social. Encerrada a execução, seu dirigente recusou-se a

apresentar documentação comprobatória da aplicação dos valores, alegando que o dever de prestar contas alcançaria apenas órgãos, entidades e agentes formalmente integrantes da Administração Pública. Ao examinar o caso, o controle interno deverá considerar que:

- a) A natureza privada da associação afasta sua sujeição ao dever de prestar contas, sem prejuízo da fiscalização do agente público que autorizou a transferência.
- b) Somente haverá obrigação de prestar contas se os recursos tiverem sido transferidos mediante contrato precedido de licitação.
- c) O recebimento dos recursos transfere sua titularidade à entidade beneficiária e encerra, salvo disposição contratual expressa, sua submissão ao sistema público de controle.
- d) A fiscalização pelo controle interno substitui a prestação de contas do particular sempre que a administração consiga acompanhar diretamente a execução física do objeto.
- e) A condição de pessoa jurídica de direito privado não afasta o dever de prestar contas quando houver utilização, guarda, gerenciamento ou administração de recursos públicos, observadas as normas constitucionais e legais aplicáveis ao respectivo ente.

45. Em procedimento de controle, foram examinados dois atos administrativos. No primeiro, constatou-se vício insanável de legalidade existente desde a origem. No segundo, embora plenamente válido e eficaz, a Administração concluiu posteriormente que sua manutenção não mais atendia ao interesse público por razões de conveniência administrativa. Um servidor propôs que ambos fossem “revogados”. A solução proposta é:

- a) Correta, porque anulação e revogação são expressões juridicamente equivalentes quando praticadas pela própria Administração.
- b) Incorreta, pois o primeiro ato é passível de anulação em razão da ilegalidade, enquanto o segundo, sendo válido, poderá ser objeto de revogação por razões de conveniência e oportunidade, observados os limites jurídicos aplicáveis.
- c) Incorreta, porque somente o Poder Judiciário pode anular ato administrativo, ainda que a própria Administração reconheça sua ilegalidade.
- d) Correta, desde que os efeitos da retirada de ambos os atos sejam necessariamente retroativos à data de sua edição.
- e) Incorreta, pois a Administração somente pode retirar seus atos após pronunciamento do Tribunal de Contas competente.

46. Ao examinar os procedimentos de ingresso de receitas de determinado Município, o controle interno constatou que uma unidade arrecadadora mantinha parte dos valores recebidos em conta própria, utilizando-os diretamente no pagamento de pequenas despesas administrativas. O responsável alegou que o procedimento não acarretava prejuízo, pois todos os ingressos e pagamentos eram posteriormente registrados na contabilidade municipal. A



respeito da situação e da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa adequada.

- a) O procedimento é admissível quando os valores arrecadados forem integralmente registrados no mesmo exercício, pois a unidade de tesouraria constitui recomendação contábil.
- b) A retenção é permitida para receitas diretamente arrecadadas pela unidade, desde que destinadas exclusivamente ao custeio de despesas relacionadas à atividade arrecadadora.
- c) O procedimento contraria o princípio da unidade de tesouraria, pois o recolhimento das receitas deve observar estritamente essa sistemática, sendo vedada a fragmentação destinada à criação de caixas especiais.
- d) A irregularidade ocorre somente se os pagamentos diretos não tiverem sido precedidos de licitação, pois a Lei nº 4.320/1964 admite compensação entre receitas e despesas.
- e) A utilização direta da receita somente seria irregular se envolvesse receita tributária.

47. Em avaliação do programa de integridade de uma autarquia, o controle interno encontrou código de ética atualizado, canal de denúncias e treinamentos anuais. Apesar disso, verificou que denúncias permaneciam meses sem tratamento, riscos de fraude não eram reavaliados e as deficiências identificadas em fiscalizações anteriores não possuíam responsável ou prazo para correção. À vista desses elementos, a conclusão tecnicamente mais adequada é:

- a) O programa deve ser considerado efetivo porque a existência dos instrumentos formais de integridade é suficiente para demonstrar conformidade institucional.
- b) A inexistência de casos comprovados de corrupção no período permite presumir que os controles implantados funcionam adequadamente.
- c) O controle interno deve restringir sua avaliação à existência documental do programa, pois a efetividade das medidas de integridade pertence exclusivamente à alta administração.
- d) As fragilidades indicam que a existência formal dos instrumentos não é suficiente para demonstrar efetividade, sendo necessário avaliar seu funcionamento, o tratamento dos riscos, a resposta às ocorrências e o monitoramento das medidas adotadas.
- e) O programa somente poderá ser considerado efetivo quando todos os riscos de fraude e corrupção tiverem sido eliminados.

48. Uma auditoria operacional realizada no setor de transporte escolar resultou em recomendações destinadas a corrigir falhas de planejamento das rotas e reduzir viagens ociosas. Seis meses depois, a unidade auditada informou que todas as recomendações haviam sido “cumpridas”, anexando atos administrativos e novos procedimentos internos. A equipe de controle interno

constatou, entretanto, que os indicadores de desempenho continuavam demonstrando praticamente os mesmos problemas identificados originalmente. Considerando a finalidade do monitoramento, é correto afirmar que:

- a) A existência dos atos administrativos comprobatórios encerra necessariamente o monitoramento, pois não compete à auditoria avaliar resultados decorrentes das recomendações.
- b) O monitoramento deve limitar-se a verificar formalmente se o gestor adotou providência correspondente ao texto da recomendação, independentemente de a causa do problema ter sido solucionada.
- c) O monitoramento é cabível apenas quando a auditoria original tiver identificado dano financeiro quantificável.
- d) A persistência do problema é irrelevante, desde que a administração demonstre ter adotado providência diferente da originalmente recomendada.
- e) O monitoramento deve verificar não apenas as providências adotadas, mas também, conforme o objeto e os critérios definidos, se os problemas identificados foram solucionados e quais resultados ou benefícios efetivos decorreram das medidas implementadas.

49. Servidor municipal foi acusado de apropriar-se de valores públicos sob sua responsabilidade. Pelos mesmos fatos, foram instaurados processo administrativo disciplinar e ação penal. Posteriormente, sobreveio sentença penal transitada em julgado reconhecendo que o servidor não foi o autor da conduta. Ao reexaminar o processo disciplinar, a comissão sustentou que a independência entre as instâncias permitiria desconsiderar integralmente a conclusão alcançada pelo juízo criminal e aplicar penalidade administrativa pela autoria do mesmo fato. Considerando o regime jurídico de responsabilização dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A independência das instâncias autoriza a Administração a reconhecer livremente a autoria, mesmo diante de sentença penal definitiva que tenha expressamente afastado a autoria atribuída ao servidor.
- b) Toda absolvição criminal impede a responsabilização administrativa pelos mesmos acontecimentos, independentemente do fundamento adotado na sentença.
- c) A responsabilidade administrativa somente poderá ser apurada depois do trânsito em julgado da ação penal quando os processos decorrerem dos mesmos fatos.
- d) Embora as instâncias sejam, em regra, independentes, a absolvição penal definitiva que reconheça a inexistência do fato ou afaste a autoria repercute nas demais esferas nos termos previstos pelo ordenamento, não sendo a independência entre instâncias uma regra absoluta.
- e) A Administração somente fica vinculada à decisão criminal quando houver determinação expressa do juízo penal para arquivamento do processo administrativo disciplinar.



50. Em capacitação dos servidores do controle interno, foram apresentadas duas decisões hipotéticas:

Situação 1: decisão de Tribunal de Contas imputou débito a responsável pela aplicação irregular de recursos públicos, constituindo obrigação de ressarcimento.

Situação 2: em processo judicial, reconheceu-se a prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, do qual resultou dano ao erário.

Um servidor afirmou que, em razão do art. 37, § 5º, da Constituição Federal, toda e qualquer pretensão de ressarcimento ao erário seria imprescritível, independentemente da origem do débito. Tomando por referência os Temas 897 e 899 da repercussão geral do STF, assinale a alternativa correta.

- a)** O servidor está correto, porque a Constituição tornou imprescritíveis todas as pretensões de ressarcimento que envolvam recursos públicos.
- b)** A pretensão fundada em decisão de Tribunal de Contas é imprescritível, enquanto aquela decorrente de ato doloso de improbidade submete-se à prescrição comum.
- c)** Ambas as pretensões são necessariamente prescritíveis, pois o STF afastou integralmente qualquer hipótese de imprescritibilidade do ressarcimento ao erário.
- d)** A distinção entre as situações depende exclusivamente do valor do prejuízo, sendo imprescritíveis apenas débitos de elevada materialidade.
- e)** O STF reconhece a imprescritibilidade das ações de ressarcimento fundadas em ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, ao passo que a pretensão de ressarcimento fundada em decisão de Tribunal de Contas é prescritível.

